

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.057 - RJ (2019/0218055-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : F N C
ADVOGADO : EDUARDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA E SILVA - RJ172598
AGRAVADO : I DOS S L
ADVOGADO : JORGE LEANDRO GARCIA E OUTRO(S) - RJ140541

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por F N C contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PARTILHA DE BENS. HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIO QUE IMPÔS À PARTILHA DO BEM IMÓVEL O RESULTADO DE AÇÃO EM CURSO NO DISTRITO FEDERAL QUE O ENVOLVIA. INTERESSE DE AGIR CARACTERIZADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. ENUNCIADO Nº 5 DO AVISO TJ Nº 58/2001. ERROR IN PROCEDENDO NÃO CONFIGURADO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL IRRELEVANTE PARA O DESLINDE DA CAUSA. AUTORA QUE FAZ JUS À PROPORÇÃO DE 50% DO BEM IMÓVEL, INDEPENDENTE DE RESULTADO EM AÇÃO DIVERSA; BEM COMO À INDENIZAÇÃO DE VALORES, A TÍTULO DE ALUGUEL, ANTE A OCUPAÇÃO E FRUIÇÃO EXCLUSIVAS POR UM DOS EX-CÔNJUGES. O TERMO A QUO PARA O RECEBIMENTO DOS ALUGUEIS É A CITAÇÃO. RECENTE ENTENDIMENTO DO STJ (RESP Nº 1.375.271/SP). REGRA EXPRESSA NO ART. 192 DO CTN QUE NÃO SE APLICA AO CASO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. APELAÇÃO CÍVEL. PARTILHA DE BENS. HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIO QUE IMPÔS À PARTILHA DO BEM IMÓVEL O RESULTADO DE AÇÃO EM CURSO NO DISTRITO FEDERAL QUE O ENVOLVIA. INTERESSE DE AGIR CARACTERIZADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. ENUNCIADO Nº 5 DO AVISO TJ Nº 58/2001. ERROR IN PROCEDENDO NÃO CONFIGURADO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL IRRELEVANTE PARA O DESLINDE DA CAUSA. AUTORA QUE FAZ JUS À PROPORÇÃO DE 50% DO BEM IMÓVEL, INDEPENDENTE DE RESULTADO EM AÇÃO DIVERSA; BEM COMO À INDENIZAÇÃO DE VALORES, A TÍTULO DE ALUGUEL, ANTE A OCUPAÇÃO E FRUIÇÃO EXCLUSIVAS POR UM DOS EX-CÔNJUGES. O TERMO A QUO PARA O RECEBIMENTO DOS ALUGUEIS É A CITAÇÃO. RECENTE ENTENDIMENTO DO STJ (RESP Nº 1.375.271/SP). REGRA EXPRESSA NO ART. 192 DO CTN QUE NÃO SE APLICA AO CASO. DESPROVIMENTO DO RECURSO" (e-STJ fl. 291).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. ALUGUEL PELO USO EXCLUSIVO DE IMÓVEL COMUM POR UM DOS EX-CÔNJUGES. O MARCO INICIAL PARA PAGAMENTO DE ALUGUEIS É A CITAÇÃO, OCASIÃO EM SE EXTINGUIU O COMODATO GRATUITO. RESP Nº 1.375.271/SP. EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE ALUGUEIS ANTERIORES À CITAÇÃO QUE SE IMPÕE. CONTRADIÇÃO CONFIGURADA NESTE ASPECTO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL QUE SE MOSTRA DESNECESSÁRIA PARA O DESLINDE DO CASO. DESNECESSIDADE DE ABORDAGEM DE TODOS OS DISPOSITIVOS INVOCADOS. NECESSIDADE DE ENFRENTAR QUESTÕES DE FATO E DE DIREITO. EVENTUAL PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO, PARA A ABERTURA DA VIA EXCEPCIONAL. CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE" (e-STJ fl. 321).

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - o acórdão combatido teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional ao não apreciar aspectos relevantes da demanda suscitados nos embargos declaratórios;

(ii) arts. 17, § 1º, e 337 do Código de Processo Civil de 2015 - falta de interesse da recorrida na partilha do imóvel situado em Sobradinho/DF, pois o bem já foi objeto de partilha anterior, já transitada em julgado;

(iii) art. 47 do Código de Processo Civil de 2015 - incompetência absoluta do Juízo de Família do Rio de Janeiro para decidir sobre o pedido de cobrança de aluguéis do imóvel, e

(iv) arts. 344, parágrafo único, 348 e 349 do Código de Processo Civil de 2015 - necessidade de realização de prova pericial para auferir o valor do aluguel pleiteado; ademais, o revel possui o direito de produzir provas tempestivamente requeridas, antes de encerrada a fase de instrução do processo, nos termos da Súmula nº 231/STF.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Verifica-se estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo.

Por tal motivo, e por entender que a matéria merece melhor exame, dou provimento ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial, nos termos do art. 34, inciso XVI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator